

A *passagem* do tempo de doutoramento Tempos organizacionais e a vida em *Stand By*¹



Emília Rodrigues Araújo

Introdução

A sociologia do tempo estuda as normas temporais delineadas e impostas pela organização social e política, dando relevo à definição de “tempo” como algo de objectivo e mediador das relações de poder entre indivíduos e instituições (Pronovost, 1969 e Adam, 1990, entre outros). Este ramo específico da sociologia incide, ainda, sobre a vertente fenomenológica do tempo, preocupando-se com a caracterização da experiência, isto é, com o modo como os actores sociais interpretam as regulações temporais existentes nos seus universos sociais e as vivem nos seus quotidianos enquanto sujeitos. Da conjugação destas duas ênfases, a estruturalista e a fenomenológica, resultam quadros teóricos elaborados que, atendendo à especificidade dos objectos estudados, permitem desconstruir os processos de transformação social e apreciar o modo como os indivíduos pensam e agem sobre o tempo histórico, cuja principal característica consiste na irreversibilidade.

Neste artigo não vou, porém, explorar os campos de abrangência da sociologia do tempo. Retenho tão só duas ideias: a) qualquer *passagem do tempo*, não obstante ser objectiva e irreversível, revela o tipo de normas temporais que as sociedades legitimam, através das suas instituições e tradições e b) a mesma *passagem do tempo* implica dinâmicas pessoais reflexivas capazes de transparecer o modo como os indivíduos compreendem e reagem às normas temporais institucionalizadas que governam os ritmos sociais, numa perspectiva quotidiana e numa biográfica.

Estas duas ideias permitem enquadrar a temática deste artigo, assim como justificar o procedimento metodológico adoptado.

Com efeito, no artigo pretende-se explorar, sob esta égide da sociologia do tempo, o percurso-tipo de doutoramento “tradicional”, isto é, não sujeito a programas ou a cursos estritamente planeados. Para realizar tal desconstrução é necessário pressupor que o tempo de doutoramento se refere a um tempo específico, regulado pela legislação e sujeito a processos normalizadores por parte das universidades. Nesse sentido, é um tempo objectivo, quantificável e passível de administração e de controlo. Do mesmo modo, é central perceber que o tempo de doutoramento implica uma experiência subjectiva intensa porque afecta a acção sobre os tempos quotidiano e biográfico dos indivíduos e daqueles com os quais estes se relacionam. Normalmente, os actores estão mais despertos para atender aos modos de regulação temporal formais veiculados,

¹ Texto apresentado à revista brasileira *Teoria e Prática da Educação*, neste momento em apreciação.

nomeadamente, pelos prazos. Nunca é possível evadir esta vertente estrutural. Ela indica-nos, entre outras, que a duração dos doutoramentos, assim como a própria experiência subjectiva do mesmo, variam em função das culturas temporais das diversas áreas científicas, isto é, em função dos tempos - padrão aceites como necessários à execução de um “bom” doutoramento. Áreas científicas como a História, o Direito, a Sociologia, Linguística e a Filosofia possuem culturas temporais que privilegiam a preservação de continuidade entre orientadores e orientandos, que exigem um longo processo de reunião de dados e de ponderação dos paradigmas teóricos existentes e legitimados. Nenhuma destas normas está escrita. É interiorizada através da socialização científica que começa cedo, desde o início da formação, solidificando-se através do acesso directo à avaliação e aos julgamentos sobre a qualidade dos trabalhos realizados.

Para além de tudo, esta socialização garante a formação de um *habitus* que limita os desvios a essa *tradição*, dispondo de um conjunto de sanções informais severo passível de ser usado em caso de tentativa de ruptura. Em áreas científicas mais abertamente competitivas no mercado, não tão envolvidas na legitimação de uma teoria, mas na justificação de uma fórmula, uma tecnologia e ou de um produto, as culturas temporais tendem a ser, em comparação com as anteriores, menos *seguidistas* entre orientador e orientando favorecendo a ruptura de paradigmas, a mudança de orientador a meio do percurso e o encurtamento das durações dos doutoramentos.

De todo o modo, não obstante as especificidades, o doutoramento é, no conjunto das áreas científicas, um tempo na maior parte dos casos, difícil de gerir. Em relação ao doutorando verifica-se que frequentemente os familiares mais próximos, vizinhos e amigos, em geral, não sabem em que consiste um doutoramento e o que se espera do próprio doutorando, sobretudo quando este é também docente. Como disse noutra estudo (Araújo, 2005), o tempo de doutoramento é uma espécie de *heterotopia* (no sentido dado por Foucault, 1984) que se traduz num tempo-espaco outro, diferente do real-concreto e é aí onde os doutorandos vivem a maior parte do tempo, tentando explicar aos outros (que estão no real) que vivem uma “fase” especial e “exigente”.

Além do isolamento social, especialmente notado pelo decréscimo de contactos com colegas e pela redução das saídas à universidade e a outros locais de encontro, o doutoramento provoca, também, choques diversos entre os membros da família, podendo, até, despoletar separações e/ou depressões.

O doutorando, normalmente, insiste no facto de os outros não compreenderem o que está a fazer, não serem cooperantes e não lhe disponibilizarem tempo. Os outros, geralmente, reafirmam que tentam cooperar, que vivem a exigência do momento e desejam arduamente que aquela fase passe. Tudo isto significa que, apesar de a vertente estrutural ser fundamental porque, como vemos, fornece indicação sobre os processos históricos de formação, transmissão e reprodução de práticas nos contextos universitários e científicos relevando para o primeiro plano de análise os modos de aprendizagem nas universidades, é fulcral dar realce às histórias dos próprios doutorandos, procurando elaborar um perfil tipo de passagem do tempo de doutoramento que ultrapasse as especificidades derivadas das distinções entre áreas científicas e seus modos de afirmação identitária nos campos académico e científico. Com a finalidade de dar ênfase às histórias dos doutorandos, enveredando, assim, por uma vertente analítica de tipo fenomenológico, é preciso que a metodologia usada possibilite “descer” às narrativas individuais, de forma a ressaltar o que lhes é comum.

Dada a complexidade do objecto de estudo, e a necessidade de focar as escalas estrutural e experiencial, divido este texto em três partes principais. Na primeira refiro-me à metodologia utilizada, na segunda focalizo-me na interpretação das entrevistas realizadas, buscando nelas os entendimentos acerca dos motivos que explicam a duração

do doutoramento que são de carácter estrutural-organizacional. No terceiro ponto o objectivo é o de voltar a ler as mesmas entrevistas mas focalizando a atenção sobre as variáveis tidas pelos próprios doutorandos como condicionantes da passagem do tempo e da percepção psicológica da duração pertencentes ao domínio da experiência individual e subjectiva do tempo. Esta dimensão foi amplamente analisada em trabalhos anteriores (Araújo, 2005). Por isso, concentro-me apenas no modo como os doutorandos encaram o doutoramento nas suas vidas, no plano biográfico.

Método

As conclusões apresentadas resultam de um trabalho de investigação conduzido em Portugal baseado em numa pesquisa de tipo qualitativo que permitiu a recolha de informação através de entrevistas semi-directivas realizadas a docentes de duas universidades que entre os anos de 2000 e 2003 estavam em dispensa de serviço docente para preparação do doutoramento nas várias áreas científicas².

Dado que se tratava de uma pesquisa iniciática em Portugal foi necessário construir quadros de interpretação que respeitassem a informação dada pelos próprios entrevistados acerca do processo de doutoramento. Nesse sentido, o desenho da metodologia guiou-se inicialmente pelos princípios propostos pela *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1967) no que se refere à necessidade de fazer emergir do campo os conceitos e as variáveis que permitissem explicar e a compreender as dinâmicas organizacionais e pessoais do processo doutoral que explicassem o facto de o tempo de doutoramento ser classificado pelos próprios doutorandos como uma “fase”.

Desse modo, procedeu-se a uma *amostragem teórica* cuja principal característica é ser uma amostra que se compõe à medida que a investigação (a realização das entrevistas) progride (Glaser e Strauss, 1967) deixando margem para a elaboração de dimensões e de categorias de análise e formulação de hipóteses de pesquisa. Respeitando os princípios da diversidade e da saturação, entrevistei em 2000, 38 pessoas de um total de 177 que estavam em dispensa de serviço em duas universidades e nas diversas áreas científicas. Nas ciências exactas entrevistei 2 pessoas, nas ciências sociais 16, nas ciências naturais e de ambiente 3, na engenharia e tecnologia 13 e nas artes e humanidades 4. Apesar da aparente sobre representação das ciências sociais, deve adiantar-se que se trata de uma área que engloba um leque alargado de diferentes disciplinas. Ademais, trata-se também de uma área em que, ao contrário do que acontece nas outras (como nas ciências do naturais e do ambiente ou nas ciências exactas) o número de pessoas por doutorar é tendencialmente superior e em que a média

² Das 38 pessoas contactadas, 9 realizam o doutoramento com estadia prolongada no estrangeiro. Entre estas, encontram-se 5 pessoas, 3 mulheres na área da Engenharia (França e Holanda) e Ciências Exactas (Alemanha e EUA) e 2 homens (1 da Engenharia na Holanda e 1 das Humanidades em Espanha) que realizam o doutoramento em Portugal mas com a participação de universidades estrangeiras, o que implica a estadia por períodos superiores a um mês em universidades e centros de investigação estrangeiros. A adicionar aos nove casos, encontram-se duas pessoas (do sexo feminino) que realizam o doutoramento em Portugal, com orientação de professores dos departamentos onde são docentes mas com co-orientação estrangeira que implica estadias entre 1 a 2 semanas no estrangeiro, geralmente dedicadas à pesquisa bibliográfica e reuniões com o orientador (uma está em França, Humanidades e outra nos EUA também em Humanidades). Ficam, assim, na situação de realização do doutoramento integralmente noutra país quatro pessoas (1 em França (Engenharia) e as restantes em Inglaterra (Economia, Sociologia e Gestão)). As outras 29 pessoas que realizam o doutoramento em Portugal e sobre a orientação e co-orientação de professores portugueses revelam no decurso da entrevista terem tido projectos de saída de Portugal na busca da realização do doutoramento em outro país ou na procura de co-orientação estrangeira pelo que, na altura em que foram contactadas pela primeira vez (2001) mostravam, na sua maioria, desejo de vir a realizar viagens para bibliotecas internacionais. Acrescente-se a este respeito que, na sua maioria, quando contactados em 2003, não haviam feito as viagens naquela altura planeadas. Ainda quanto às pessoas a realizar doutoramento em Portugal (ou em parceria com centros e universidades estrangeiras). São pessoas orientadas por professores do mesmo departamento com a particularidade de estes liderarem projectos de investigação ou serem responsáveis por linhas de investigação.

de idades na altura do término de doutoramento é tendencialmente superior, das diversas áreas científicas.

Depois de transcritas, as entrevistas foram analisadas utilizando o programa *ethnograph*. Voltei mais tarde, em 2003, a contactar um grupo mais restrito destas (7) no sentido de apreciar grau de realização das expectativas veiculadas durante a primeira entrevista relativamente à duração do doutoramento e aos projectos para depois do doutoramento. O processo de análise e de classificação pautou-se pela necessidade de encontrar grupos de códigos que reunissem conjuntos mais vastos de informação proveniente das entrevistas. Tal constituiu uma tarefa morosa e árdua dada a complexidade de que se reveste o objecto estudado.

Pelo facto de me deter sobre a duração do doutoramento, relevando as ordens de factores que afectam a extensão deste tempo enunciadas pelos próprios doutorandos e que são comuns às várias áreas científicas, faço uso em profundidade de uma entrevista realizada a um doutorando de Engenharia apresentando os excertos da sua narrativa que, tendo relevo para explicar e compreender a experiência do tempo de doutoramento e os modos de entendimento deste por parte dos actores no plano quotidiano e biográfico, marca precisamente o tipo de factores que afecta o desenrolar do doutoramento. Esta entrevista, em particular, foi seleccionada no pressuposto da sua *multivocalidade*, isto é, capacidade para representar o “ideal” tipo de processo doutoral tradicional, não sujeito a cursos. A sua apresentação surge na base da necessidade reduzir a heterogeneidade e a diversidade que caracterizam cada história individual. Em qualquer caso, apesar de as descrições serem abundantes, pretende-se dar espaço aos discursos dos doutorandos procurando apresentar vias de interpretação para os mesmos.

Enquadramento do problema da duração dos doutoramentos

Tal como explorado pelos teóricos das organizações, que destacam a necessidade que legitimação social das próprias organizações, o tempo académico, que engloba toda a estrutura temporal das actividades desenvolvida nas universidades, incluindo o tempo da investigação e da leccionação, está, definitivamente, a ganhar novos contornos em Portugal. Não se trata apenas de alterações despoletas pela quebra do financiamento público das universidades, o qual imprime a necessidade de racionalização, mas também do aumento de complexidade do trabalho académico sujeito a mais exigências por parte do meio ambiente. A universidade é agora, fundamentalmente, um sistema aberto em competição por recursos vários e tal facto aumenta a necessidade de esta acelerar as suas respostas, ou no sentido da adaptação, ou no sentido da pró-actividade.

Durante cerca de 35 anos escreveu-se e debateu-se sobre o enquadramento da formação pós-graduada (mestrados e doutoramentos) em Portugal. Durante todos estes anos, várias medidas foram propostas por considerados especialistas (entre os quais Sedas Nunes e Vítor Crespo) no sentido do aumento da diversidade de opções, da redução dos níveis de seguidismos entre professor – assistente, do encurtamento do tempo de formação de mestrado e de doutoramento através de modalidades distintas deste grau (profissionalizante ou de investigação). Todavia, a par deste discurso de intervenção influenciado pelas alterações de outros contextos académicos, sobretudo o anglo-saxónico, a prática universitária cada vez mais definida por processos de afirmação identitária não propriamente das áreas científicas, mas das próprias organizações que procuram afirmação e legitimação a nível nacional e local, caracterizou-se por um alargamento enorme do leque de ofertas de mestrados e de pós-graduações, bem como pelo incentivo à realização do doutoramento em Portugal.

À medida que a universidade responde com mais cursos de formação superior e que a avaliação docente depende principalmente do seu trabalho de investigação e de publicação, gera-se grande ambiguidade quanto ao trabalho de orientação e de acompanhamento tanto dos mestrados, como dos doutorandos. O número de doutoramentos e de mestrados sob orientação científica consta como um item de avaliação nos concursos académicos pós-professor auxiliar. Todavia, tal afere-se de uma forma bastante dúbia, nomeadamente porque a qualidade da orientação científica, que se traduz numa quantidade de tempo dispendida nesta actividade, não é considerada sendo, quando muito, avaliada informalmente pelos pares. A orientação científica acaba por ser regida ao longo de todos estes anos, após a formalização do Estatuto da Carreira Docente, de forma similar à que se assistia até aos anos setenta: basicamente assente numa relação pessoal entre um professor da área e um candidato a professor, cujo grande benefício que obtém da orientação é a chancela da qualidade de um trabalho que desenvolveu por si próprio durante vários anos.

Os próprios professores são tomados num esquema de avaliações (ou mercado simbólico, no entender de Bourdieu) que os leva a aceitar serem orientadores de um número alargado de mestrados e doutorandos, cujos trabalhos de investigação obedecem a temáticas distintas e a métodos díspares, sem que este número de orientações seja traduzido numa quantidade de horas de orientação devidamente formalizadas. Apesar de todas as transformações pelas quais passaram as Universidades portuguesas ao longo de cerca de 35 anos e, não obstante se registarem alterações, principalmente ao nível da programação de cursos de mestrados (primeiro ano) e de doutoramento, os tempos de orientação científica nunca foram realmente analisados, contados e avaliados a não ser, como disse, de uma maneira bastante informal e, por

vezes, determinada pelo próprio tipo de relações pessoais que se estabelecem entre professor - orientando.

A demora na realização das teses de mestrado e de doutoramentos, que já era assinalada nos finais dos anos sessenta como um problema, continua a ser um assunto de debate hoje em dia. Um debate que tem privilegiado a vertente *responsabilizante* do próprio orientando, muito especialmente quando este é docente na universidade, auferindo um certo vencimento não obstante poder estar em dispensa. Diríamos que duas lógicas se congregam: por um lado, a inoperacionalidade de se gerarem fórmulas de orientação científica minimamente estáveis e conhecidas e, por outro, a reserva de confiança e de responsabilidade sobre o orientando, deixando-se para o foro do implícito e do tácito o conjunto de factores que afecta o desenrolar do tempo de doutoramento e que radica também nos meios culturais temporais das organizações e das sociedades. Tendo-se protelado por tanto tempo esta situação de ambiguidade quanto à distribuição e avaliação do tempo de orientação científica, ela revela-se ser um problema fundamental a resolver no contexto das alterações no ensino propostas pela Declaração de Bolonha que, além de contemplar a formação para a investigação, integra a formação pós-graduada *profissionalizante* (mestrados e doutoramentos orientados para o mercado industrial, solicitando programa, metodologias de aprendizagem e acompanhamento de teses finais específicos). Com a emergência de mestrados e de doutoramentos basicamente pagos pelos próprios alunos, além da avaliação de factores que compõem o tempo estrutural organizacional, também começa a constituir uma necessidade colher e sistematizar informação acerca do modo como os indivíduos vivem o processo doutoral, destacando-se aí a influência de variáveis como o sexo, a idade e a situação perante a maternidade/paternidade. Para desconstruir estes dois conjuntos de factores que tecem o silêncio da linguagem do tempo, vou usar extensivamente um caso de um doutorando que narra a sua experiência de doutoramento. Como referi na metodologia, essa apresentação é realizada mediante a divisão da entrevista segundo as categorias definidas, sujeitando-se a própria entrevista a uma construção por parte do investigador. No quadro nº 1 encontram-se as categorias de análise utilizadas.

Quadro nº 1 – O doutoramento: dimensões de análise

Tempo social-estrutural - organizacional	Tempo – experiência individual
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Representação sobre o doutoramento <ul style="list-style-type: none"> ○ Representações sobre a prova ○ Grau de concretização dos planos ➤ Avaliação das expectativas iniciais ➤ Motivos para o atraso <ul style="list-style-type: none"> ○ Orientação científica e políticas departamentais ➤ Representações sobre o doutoramento no estrangeiro <ul style="list-style-type: none"> ○ O objectivo do doutoramento ➤ Auto – conceito como aluno/professor ➤ Sentimento sobre decisões anteriores 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O futuro <ul style="list-style-type: none"> ○ A suspensão ○ Clima de confronto com o tempo futuro ➤ Estilo de gestão do tempo <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão do tempo no dia-a-dia ➤ Sentimento sobre decisões anteriores

Tempo social – factores de ordem organizacional

O doutoramento é representado e vivido como uma etapa, uma fase na vida académica necessária ultrapassar para continuar na carreira. Paulo é claro quanto a esta representação quando afirma: "vejo o doutoramento, ou o final dele, como o princípio para vir a fazer algo que me satisfaça mais (...) Vejo-o como um obstáculo que tenho de

ultrapassar. Neste momento vejo-o como um obstáculo que tenho de ultrapassar, simplesmente”. Para Paulo o “doutoramento é um início, é uma etapa”. Ora, esta forma de os indivíduos se relacionarem com o doutoramento é consistente com uma visão da prova como algo que afecta a sua vida durante um certo período de tempo, limitado por prazos. Ainda mais interiorizada nas Ciências da Natureza e Ambiente e Engenharias e Tecnologias, esta ideia, de que o doutoramento é um obstáculo e uma etapa, traduz a representação e a experiência do tempo da carreira académica determinada por um caminho linear constituído de compassos de espera entre níveis hierárquicos. No entanto, é ainda mais pertinente no contexto actual dos esquemas de entendimento e valorização simbólica do próprio doutoramento: por um lado, cada vez mais entendido como uma condição para o acesso à investigação autónoma e, por outro, considerado como algo circunscrito no tempo organizacional e no tempo de vida. Por isso, opõe-se à ideia mais tradicional do doutoramento como algo que decorre durante um terço ou metade da vida. Daí que o término da tese seja representado pelos doutorandos como a condição principal para a obtenção do grau e para assegurar a estabilidade do contrato de trabalho com a universidade. Paulo não coloca cenários alternativos: “Sei lá com o que é que tem a ver... (...) tenho mais dois anos para terminar, caso contrário... tenho essa... tenho esse objectivo (...) Não, nunca coloquei cenários alternativos. O que eu coloco é que se daqui a dois anos não estiver pronto eu fico no meio da ponte, é o que eu coloco. Eh... por outro lado, também digo que, se o terminar entretanto, fico numa situação bastante estável em termos de... em termos profissionais e isso é bom” .

Além de etapa, ou “licença para conduzir”, o doutoramento é percebido como uma prova cujo principal teste consiste em apresentar dados novos numa área de conhecimento específica. É possível concluir, através da análise das entrevistas, que os doutorandos atribuem um peso especial aos resultados obtidos com sucesso, recusando tudo aquilo que constituiu um fracasso ou foi inoperacional. Para o doutorando Paulo o facto de distinguir o que é fulcral do que é menos importante é essencial, pois permite marcar as diferenças existentes entre as especificidades próprias da investigação do doutoramento e a sua própria identidade como investigador: “Ninguém me vai perguntar na tese se eu descobri os [designação de equipamento] mais baratos do mercado ou se eu descobri um equipamento que tinha uma melhor evolução, ou isto ou aquilo. Ninguém quer saber disso para nada. Só querem saber da precisão dos meus resultados de confrontar estes com os meus dados teóricos”.

Os doutorandos, que são estudantes mas *assistentes*, isto é, dão aulas na universidade auferindo um vencimento, estão bastante convictos de que o doutoramento constitui uma investigação que, além de ser metodologicamente inovadora, deverá produzir algo de novo: uma metodologia, uma fórmula, um aparelho, uma máquina, entre outros. Se decompusermos as representações do doutoramento em três categorias (a “dimensão mais valorizada no doutoramento”, o “fim do doutoramento” e a “qualidade sujeita a avaliação”) obtemos o quadro seguinte (quadro nº2). Neste observamos que a atenção sobre o doutoramento pode recair, ora sobre o produto (o que resulta do doutoramento), ora sobre o processo (como se fez e o que se fez durante o tempo de doutoramento). As representações sobre o “fim do doutoramento” também se organizam entre esses dois pólos, afirmando-se a inovação, no caso da valorização recair sobre o produto, e a autonomia, no caso se ser valorizado o processo. Sobre este item e em termos de áreas, podemos agrupar as tendências das respostas da seguinte forma: Nas Ciências Exactas e Engenharia e Tecnologia surgem valorizadas a autonomia, a capacidade de investigação e o saber; nas Ciências Sociais, Artes e Humanidades valoriza-se o saber, a capacidade de investigação e a originalidade. Por

seu turno, nas Ciências da Natureza e do Ambiente são apreciadas a inovação e a autonomia.

Quadro nº1 – Dimensões apreciadas num doutoramento

DIMENSÃO VALORIZADA	MAIS	FIM/NATUREZA	QUALIDADE
Produto (o quê)		Contribuição para a investigação fundamental Originalidade Utilidade e aplicabilidade Inovação	
Processo		Metodologias Saber (domínio de conhecimentos) Saber Crítica e análise Criatividade Profundidade Autonomia e independência	Capacidade de investigação
Estudo Prova		Publicação de artigos Demonstração Provar Ser capaz Seriiedade	Maturidade Especialista
Qualidades		Rigor Iniciativa Dedicação	

Fonte: Análise de conteúdo de 38 entrevistas a docentes em doutoramento e Inquérito por questionário a

Nas áreas de tipo laboratorial (Ciências, Ciências da Natureza e Ambiente, Engenharias e Tecnologias), a pesquisa progride bastante pelo erro e pela reformulação. Contudo, esta dimensão da procura e do fracasso é, na maior parte das vezes, encoberta pelos doutorandos e seus orientadores que procuram chegar à descoberta de algo novo, o que aumenta a ansiedade no trabalho de pesquisa. Paulo afirma que às vezes a sensação que se tem é a de que “já experimentamos tudo” porque “o facto de a gente, às vezes, perder dois ou três meses a estudar um assunto e, depois, no final, dizerem-nos que aquilo não serve para nada é um bocadinho desmotivador. Então, no mês seguinte, quando temos de estudar alguma coisa que nos exija dois ou três meses de trabalho, bom, antes de pegar nela, se calhar, olho para ela duas vezes (...)”.

É certo que a vertente dominante é aquela que responsabiliza o doutorando, pois os professores orientadores e os responsáveis organizacionais esperam que o doutorando (e docente) desenvolva eficazmente a tese, uma vez que recebe um vencimento. Porém, os próprios doutorandos também se auto-identificam como docentes e, portanto, encobrem bastante possíveis dúvidas e faltas de informação. Paulo é explícito quanto a isso e, reposicionando-se na categoria de “docente”, considera que a grande parte da responsabilidade sobre a extensão temporal do seu doutoramento se deve a si próprio e não às políticas temporais do departamento a que pertence: “O departamento não, até à data não. (...) há um bocadinho... as pessoas cedem um bocadinho a responsabilidade, neste caso ao candidato e confiam que eu...(...) consideram que o docente está consciente, ou seja, que é o principal beneficiado desta situação e que será capaz de gerir o seu tempo da melhor forma para que o seu trabalho se desenrole, para que dê mais rendimento ao seu trabalho. E, por isso... há aqueles relatórios anuais que temos de fazer, tenho as reuniões periódicas com o meu orientador e depois vão-me perguntando se as coisas estão a correr bem ou se estão a correr mal. Tudo bem, mas não há aquela questão de dizer... Ninguém anda aqui a puxar as orelhas a ninguém”.

O extracto mostra que, resguardando-se no auto-conceito como docente-assistente, tanto o fracasso das pesquisas, como os maus climas emocionais a este

associados, sendo expressos na situação de entrevista, não são partilhados abertamente com os professores orientadores perante os quais se consideram avaliados (por anteciparem que a classificação que recai sobre si é a de docente). Contudo, como referido acima, grande parte do tempo de doutoramento passa-se, não na realização de algo de novo, mas na preparação, na leitura e na reformulação dos problemas. Paulo considera, aliás, que o tempo é consumido e perdido durante a testagem, isto é, no decurso dos processos de pesquisa incertos. Este doutorando afirma que: “Há um plano, um cronograma que tento de cumprir. Existiram aspectos que foram sendo atrasados... na parte experimental. Mesmo a nível da parte teórica, o meu trabalho prevê a construção de um código [designação do código] e na construção de um código..., muitas vezes a gente não anda à velocidade que quer porque... a gente espera, de facto, durante um mês, dois meses, construir um código satisfatório para passar a uma fase seguinte da construção mas pode acontecer que ao fim desse tempo o código não esteja construído. Pode acontecer os resultados não serem aquilo que nós esperávamos. E, às vezes, ficamos ali um bocadinho à volta do que ainda poderemos fazer para melhorar isto. Às vezes parece que já experimentámos tudo”.

Os momentos de incerteza não são apenas marcados pelo isolamento mas também pelo sentimento de estar perdido, sem saída e com receio de voltar a patinar no campo vazio: “Nessas alturas sinto-me perdido, totalmente perdido e confesso que a motivação, às vezes, também é... é algo que escasseia”. “Nessas alturas” de encalhe, de crise em que os doutorandos se questionam sobre as suas capacidades e sobre a viabilidade da continuação do trabalho, reflectem sobre os seus objectivos. Nesta linha, o confronto com o fracasso, e a gestão da frustração associada, fazem parte de um tempo dramático em que muitas vezes os doutorandos se questionam “por que me meti nisto?” e chegam a ponderar a hipótese de sair da academia. É que estes períodos de confronto com o fracasso são também tempos de balanço em que se pondera sobre o grau em que os objectivos inicialmente traçados foram alcançados e sobre os motivos que podem explicar os atrasos. Por exemplo, quando avalia o tempo que passou e as actividades que tem para fazer, Paulo, contrariando, de algum modo, o que dissera antes a propósito das políticas temporais, focaliza-se nos modos de orientação científica e critica o modo como os projectos (não só aquele onde está) são pensados e planeados, principalmente quando se envolvem nas etapas de execução pessoas que não participaram na concepção dos projectos. Paulo conta a sua história assinalando que “depende muito dos projectos de doutoramento. Acho que depende muito dos projectos e de qualquer projecto que englobe projectos de doutoramento, tal como é o caso deste projecto onde eu estou inserido. Os projectos têm de ser muito bem pensados. As pessoas não se podem meter nos projectos só por fazer, só para ganhar pontos, ganhar currículo. Têm de ver aquilo que estão a propor e pôr-se na pele de quem se supõe vir a estar a desempenhar esse papel, ou seja, de quem vai levar a cabo, no fundo, esse projecto. Porque, normalmente, há uma pessoa que o pensa e há outras que o executam e parece-me que algumas que o pensam, não pensam em algumas coisas têm de ser suportadas por quem os executa. Acho que as coisas têm de ser um bocadinho mais pensadas nessa hora e, tirando isso...”.

A orientação é, para a maior parte dos doutorandos, uma questão delicada e, apesar dos casos bem sucedidos serem muitos, é certo que normalmente os doutorandos acham-se sozinhos nas tomadas de decisão³. Paulo critica a orientação que tem no que

³ Desde de relações muito dependentes, em que o orientando praticamente não toma nenhuma decisão sem seguir à risca os conselhos do orientador, até situações em que o orientador é completamente dispensado, Delamont e Coffey

respeita ao aconselhamento, à delimitação metodológica e ao pragmatismo: “Nós temos reuniões periódicas em que analisamos o andamento do trabalho, o tipo de resultados que estamos a ter, se os aceitamos, se devemos seguir em frente, se estamos satisfeitos com eles, se é melhor fazer mais alguns testes para verificação dos mesmos para confrontar com isto e com aquilo... e vamos andando assim. Agora, mesmo esse tipo de validações... (...) acho eu que nessas coisas, temos que ser um bocadinho mais pragmáticos, não andar constantemente a emendar a roda, não é? Não podemos andar constantemente a emendar a roda. E há certas coisas que a gente... (...) Sinto é que nós perdemos, se calhar, algum tempo a tomar algumas decisões. Não digo que não terão acrescentado alguma mais valia mas não parece. O tempo que levaram a serem definidas e a mais-valia que acrescentaram, se calhar, mais valia terem ficado de lado e a gente ter seguido outro caminho. Porque, se calhar, não era tão bom, mas o que ganhávamos em termos de tempo, se calhar, justificava o resto. Acho que nós realmente só começamos a tomar umas decisões mais... a cortar um bocadinho mais a direito quando o tempo começa a apertar. No início acho que somos demasiado *laissez faire laissez passer* e devíamos ser mais um bocadinho a cortar a direito, devíamos ser um bocadinho mais práticos no início” (...) Acho é que acontece e nesse caso terei que falar por mim, é que cada tese é uma tese, cada tema é um tema e cada um tem que se amanho com o que lhe saiu na rifa. E muitos dos projectos acabam por deixar o aluno um bocado isolado porque, às vezes, de tão isolados que são, dificilmente conseguem ajuda aqui ou ali, porque aquilo é tão singular que, às vezes, não é fácil apanhar alguém que já tenha tido algo semelhante. E, às vezes, quando surgem as dificuldades, não é que não haja disponibilidade por parte dos orientadores, mas, às vezes, mesmo a eles, haverá coisas que os transcendem e depois também têm muitos orientandos e têm a parte de docência, a parte de gestão...”⁴.

É um facto que não entrevistei ninguém que considerasse ter desenvolvido a sua tese de acordo com o que havia planeado. Em geral, os doutorandos olham para o tempo passado com a sensação de que o seu trabalho demora mais tempo a ser realizado. Paulo, por exemplo, afirma, dois anos após o início, que não conseguiu concretizar o plano inicialmente traçado. Agora, reflectindo sobre a altura em que iniciou o doutoramento e “aceitou” realizar o projecto que o enquadrava, conclui que o fez sem se aperceber da quantidade de tempo que o projecto implicava. É nessa medida que considera não ter sido capaz de avaliar sensatamente o projecto no seu início. Nas suas palavras: “Sim, o plano estava definido e era previsto demorar sete semestres, três anos e meio seria o tempo previsto no... no início, se tudo corresse bem. Acontece que há

(2001; 2002) analisam casos em que os orientadores são ignorantes no campo em que orientam, entram em conflito ideológico com o orientado ou relacionam-se mal psicologicamente com este. A este respeito, constam da sua lista de conselhos várias indicações sobre as melhores opções a fazer, nomeadamente o contacto com o director da escola ou a exposição do caso aos órgãos directivos. Considera ainda a autora que a relação com os orientadores tem de ser “negociada” dia-a-dia através de perguntas frequentes e num clima de honestidade e de real apoio. Para que uma relação de orientação funcione, Delamont e Coffey (2001; 2002) propõem que, desde o primeiro encontro, seja definido um método de orientação (presencial, por correio electrónico), acompanhado de um calendário que contemple os períodos em que, por causa de um trabalho mais intenso, o orientador não possa acompanhar atentamente o projecto (nomeadamente a correcção de partes escritas). Ao orientando recomenda-se que seja claro quanto às dúvidas que pretende ver esclarecidas por parte do orientador e que grave, com a autorização do orientador, as suas conversas com este.

⁴ Uma das questões fortes tanto na orientação como na condução de um doutoramento, em especial nas ciências sociais, é a redacção. Destaco o que dizem os autores (Wayne *et al.*, 1995; Tinkler e Jackson, 2004) sobre 4 mitos que dificultam a concretização das teses no tempo expectável: só poder escrever quando se tem o silêncio completo; pensar que só os outros têm o dom para pesquisa científica; considerar que só é possível escrever quando se tenha o tempo exclusivo, não sujeito a interrupções, e achar que não se pode escrever antes que o raciocínio esteja claramente estruturado.

sempre uma quantidade de imponderáveis e, de mais a mais, nesta área, há a análise numérica, depois tem uma parte instrumental que, à partida, não estava concretizada. E entre o passar da fase de projecto à fase de execução da parte experimental, por exemplo, existiram sempre entraves que vieram atrasar o projecto”.

Um dos maiores problemas que têm os projectos de investigação doutoral é a sua amplitude agravada quando é necessário acrescentar períodos de formação ou de espera de equipamento. Paulo foca, para o seu caso, um facto que se constitui em dilema na maior parte dos casos restantes: os projectos são elaborados tendo em vista um conjunto alargado de indicadores e resultados que não são consentâneos com o tempo lento da investigação. Com efeito, além da carga administrativa e burocrática que a gestão destes projectos acaba por impor ao doutorando, consumindo tempo no preenchimento de formulários e na realização de relatórios materiais e financeiros, são projectos cujos ritmos ideais de realização não estão acertados com os ritmos normais do doutoramento. Mesmo a solução de integrar os doutorandos em projectos existentes cujo o investigador principal é o orientador, acaba por trazer inconvenientes para os próprios doutorandos que, da mesma forma, se confrontam com uma grande amplitude de tarefas. Esta situação pode desencadear situações mais desgastantes quando o doutorando é deixado com a execução total do projecto. Paulo recorda-se de ter aceite o projecto que desenvolve agora e afirma: “Eh... eu, quando entrei, confesso que não tinha muito a noção, entrei um bocadinho às escuras. Confiei... pensei: “se os outros fazem, também poderei fazer”. Não tinha muito a noção daquilo que me era pedido para fazer, confesso que não tinha. Apresentaram-me um plano de trabalhos e muitas daquelas coisas eu não fazia ideia se iriam demorar muito ou pouco tempo, porque eram coisas novas para mim”. Por causa da não clareza e desajuste dos projectos iniciais, os doutorandos desenvolvem ao longo do tempo a sua própria concepção de tempo, tentando elucidar sobre o tipo de acções e de medidas que teriam sido mais ajustadas para a rentabilização do tempo.

Paulo acaba por se centrar na organização do tempo individual e na coordenação científica por parte dos departamentos e dos orientadores dizendo que: “mudava muita coisa. A gente diz normalmente que quando acaba é que devia estar a começar. Mudava alguma coisa mudava. Mudava alguma coisa ou, pelo menos, tentava mudar ou tentava... planejar melhor as coisas. Planeava melhor as coisas, estabelecia metas mais apertadas. O facto de a gente ter uma auto-gestão do tempo, de fazer estes planos um bocadinho a médio prazo, planos de dois, três anos, às vezes leva a que a gente se perca um bocadinho, se dilua. E no primeiro semestre perdeu-se um mês, no segundo perderam-se dois, chegamos ao fim do segundo ano e perdeu-se um semestre. Ou seja... e a noção do tempo quando se começa a alargar e a parecer menos prioritário... eu acho que nestas coisas tem que haver um bocadinho mais de disciplina própria e para que os próprios não a percam... tem que haver um bocadinho mais de disciplina, se calhar, imposta de cima... não digo daquela disciplina férrea mas...”.

Lidar com o fracasso e com a incapacidade para respeitar escrupulosamente o que está planeado e ainda reduzir os tiques perfeccionistas do trabalho de investigação são dois dos conselhos mais salientes nos discursos dos entrevistados. No caso de Paulo, o diminutivo “bocadinho” floresce na narrativa para depois reiterar a ideia de que o que se quer nem sempre é possível, sendo necessário o pragmatismo porque a aproximação dos prazos implica a necessidade de seleccionar: “Sim, sim, sim. E a gente quando sente que o período, que o tempo está a acabar, começamos a apertar um bocadinho, a acelerar um bocadinho mais, a não ser, se calhar, tão exigentes connosco e a aceitar as coisas um bocadinho como elas são. São assim mesmo. A gente, às vezes, não pode ser mais papista do que o Papa... não...” (...) A gente vai aprendendo que há determinadas

variáveis que nos fogem...agora estou menos ansioso ou, pelo menos, mais receptivo a ir aceitando as coisas conforme elas vão aparecendo. Às vezes, fazer grandes planos, criar grandes expectativas, fecha-nos um bocado os horizontes e leva-nos a ficar, às vezes, um bocado decepcionados porque não atingimos determinado objectivo, quando até atingimos outro que é mais relevante mas, como estávamos tão ocupados naquele... tão direccionados para aquele, achamos sempre que o que está ao lado é melhor. Eu acho que a gente tem que estar um bocadinho de espírito aberto, o que vier vem, está bom, serve”.

A ampla extensão temporal dos doutoramentos não surge apresentada apenas como uma questão de planeamento dos projectos e sua adequação ao tempo disponível para doutoramento. As estruturas temporais organizacionais contemplam quadros temporais que resultam da interacção entre os vários profissionais que trabalham nas organizações. E um dos motivos de atraso apresentados pelos próprios doutorandos prende-se com a relação entre técnicos e doutorandos - assistentes. Alumiando aspectos como os horários dos técnicos e a suas competências, os doutorandos consideram ter de executar várias tarefas de preparação e de rotina que, sendo fundamentais para a realização do projecto, não são da sua competência traduzindo-se para si numa perda de tempo.

Paulo considera que “uma das coisas que era importante, pelo menos na área das engenharias, era o apoio laboratorial, o apoio por parte dos técnicos dos laboratórios, que os técnicos dos departamentos fossem realmente eficientes, que existisse, mas na prática não existe. Existe uma série de laboratórios, existe uma série de técnicos. O proveito que eu tirei, pessoalmente, dessas pessoas é nulo. A maior parte dessas pessoas não tem conhecimentos. O conhecimento que essas pessoas têm deixa bastante a desejar. Pelo menos em determinadas áreas específicas, a formação dessas pessoas também não é tanta como isso e, geralmente, temos de procurar tudo lá fora, ou inteirarmo-nos nós do modo como as coisas funcionam”. De facto, diz Paulo “Agora, há um determinado tipo de trabalho de laboratório que é um trabalho um bocado subterrâneo, aquele a gente faz e que não tem nada a ver com a tese em si mas, que me leva a perder muito tempo e que é muitas vezes a fonte de desmotivação. É que a gente até diz: “Eh pá... isto a mim não me interessa, não foi isto que eu andei a fazer e vou ter de andar agora a fazer um curso de electrónica para aprender a mexer com isto?”. São coisas simpáticas para quem lida com aquilo mas para a gente que está a pensar com a cabeça noutro sítio, que tem a formação virada para outro lado, o objectivo é outro tipo de coisas. Estar a mexer com aquelas coisas é um bocadinho...”.

Não são os horários dos laboratórios que mais afectam o desenrolar do doutoramento mas a necessidade de cumprir tarefas que, no seu entender, não serão directamente avaliadas. Ainda nas palavras de Paulo: “Agora, o que eu achava mais importante era que existissem técnicos. Um exemplo muito concreto no meu trabalho: eu vou precisar na minha sessão experimental, vou construir um equipamento para recolha de [designação] para confrontar com o código que estou a construir. Isso, colegas que já passaram por algo semelhante lá fora, chegam ao laboratório e dizem aos técnicos “-eu preciso de recolher estes dados, nesta gama de temperaturas, com este material” e os senhores depois encarregam-se de escolher o tipo de [equipamento] que é o melhor, de ver qual a base de dados. A placa de aquisição de dados mais adequada para recolher aqueles dados e, por final, dão-lhe os valores e a pessoa que está a fazer o estudo pega nos valores e confronta-os com o seu trabalho. Bom, o que quero dizer é que o objectivo do meu trabalho não é aprender a trabalhar com o *software* de recolha de dados, no entanto, tenho perdido imenso tempo a aprender a trabalhar com isso”.

Esta aprendizagem das formas de operar com o equipamento, junta-se à assunção de que as “falhas” do sistema têm tendência para se reproduzir na própria engrenagem burocrática, pois “outro colega antes de mim já passou pelo mesmo e o que virá a seguir a mim vai passar pelo mesmo. Se existisse um bom técnico de laboratório, aprendia isso de uma vez e fazia o trabalho para toda a gente no futuro, por exemplo. Quer dizer, eu não digo que não precise de fazer, que isso não existe ou que deixe de existir, mas isso não é fulcral para o meu trabalho”.

O relacionamento entre investigadores e os técnicos de laboratório e pessoal administrativo é fulcral no sentido do desenvolvimento atempado da investigação. Mas, além da falta de formação técnica a que se assiste, nomeadamente nas situações em que os próprios técnicos não acompanharam o desenvolvimento tecnológico, existe uma acentuada separação de “mundos” entre ambos os grupos de participantes que é, por vezes, agravada quando o nível de formação de base se assemelha. Com efeito, nem sempre as tarefas estão bem definidas no que respeita ao trabalho que os técnicos poderão desenvolver para os projectos pessoais de doutoramento e tal acaba por desencadear, da parte dos doutorandos, a necessidade de abarcar tarefas de preparação e de rotina que não estão directamente ligadas aos seus projectos de investigação mas que consomem tempo e aumentam a dispersão. O enquadramento do trabalho dos técnicos no âmbito do conjunto de pesquisas de doutoramento a realizar e a aferição do trabalho daqueles nesses projectos, torna-se um foco de atenção fundamental que exige uma fase inicial de diagnóstico através do qual seja possível perceber, para cada contexto, quais os itens a necessitar de intervenção. Entre estes, além da definição de competências, estarão também os horários de trabalho dos próprios técnicos e outros funcionários já que em muitos dos seus projectos os doutorandos necessitam armazenar dados e materiais e utilizar equipamentos em períodos durante os quais os técnicos responsáveis por esses equipamentos não se encontram no mesmo espaço. Esta situação é mais dilemática em áreas como as ciências naturais e do ambiente que lidam com informações e amostras provenientes do meio físico e cuja pesquisa fica limitada pelos horários dos próprios técnicos. Apreciar uma modalidade de serviço técnico mais flexível para os projectos que o justificam poderá representar ganhos de tempo significativos no quadro de muitos doutoramentos.

Ainda no âmbito logístico, pode-se enumerar outras variáveis que interferem no adensamento do tempo. A falta de equipamento é uma delas. Paulo refere-se a este facto ao afirmar: “Por exemplo, o primeiro entrave teve a ver com a falta de equipamento que teve que ser escolhido [o equipamento]. Por exemplo, na entrega do material houve um atraso de alguns meses da parte da empresa. O primeiro material que a gente escolheu... eles enfiaram-nos parte dos componentes e outra parte essencial para a ligação desse mesmo material não a enviaram. E... nem sabíamos da existência dela, foi só quando chegámos à montagem...”.

A necessidade de escrever em Inglês é também uma das dificuldades de quem está a realizar doutoramentos e deseja escrever em revistas internacionais ou participar em conferências. Paulo considera o facto bastante limitador do desenvolvimento do trabalho científico: “Eh... em conversa com colegas não é anómalo, é mais ou menos comum. [Isso] é um dos aspectos que eu, no início, quando comecei, não fazia ideia de que seria tão limitador, mas é muito importante”. A língua Inglesa generalizou-se agora em Portugal como uma língua prioritária na aprendizagem, no entanto, há já bastante tempo que se dá conta do facto de a internacionalização da investigação estar definitivamente dependente do manuseio do Inglês escrito e falado. Não obstante as críticas que se possam realizar a este domínio da língua Inglesa nos contextos do reconhecimento e da avaliação da investigação, os doutorandos vivem esta dificuldade

de forma também conflitual porque à medida que escrevem em Português a tese, encontram dificuldade em converter de forma entendível, o seu raciocínio para o Inglês. Por isso, ficam dependentes de colegas e de professores para apreciarem os seus trabalhos ou precisam de despendar avultadas quantias de dinheiro no pagamento das traduções. Paulo fala mesmo em dependência em relação ao orientador, porque “escrevo e... o que tem sido necessário escrever tem sido escrito, ou traduzido, ou corrigido, pelo meu orientador. Apesar de não ser um leigo, não me sinto à vontade para escrever uma tese, um artigo, o que quer que seja, não é? (...)”. Poderemos dizer a este respeito que a existência de gabinetes de tradutores qualificados nas diversas áreas científicas nas unidades de investigação constituiria, neste caso, um faço de favorecimento da internacionalização da investigação e de encurtamento dos tempos de doutoramento.

É neste quadro de avaliações acerca dos ambientes científicos reais que os doutorandos apontam vias de fuga para ambientes que têm como ideais. As narrativas, ao estarem sedimentadas numa identidade medida entre ser-se assistente-docente e ser-se estudante apenas, também se encontram limitadas pelas ideias e representações acerca do estrangeiro. Sempre que algo ocorre que seja considerado não favorável ao desenvolvimento do trabalho, os doutorandos entrevistados têm tendência para compararem a situação portuguesa com a situação que consideram caracterizar os ambientes científicos de outros países. Paulo afirma mesmo que: “[Aqui em Portugal] Vem atrasar muito (...). Em conversas que tive com pessoas que fizeram o doutoramento lá fora, ou pelo menos parcialmente lá fora, este tipo de questões acho que não é frequente. Eu, quando digo “lá fora”, refiro-me a Inglaterra ou a França”. Por isso Paulo mostra-se arrependido de não ter ido para o estrangeiro no início: “confesso que, se fosse hoje, teria sido eu a propor fazer o trabalho lá fora”. A frase comporta um sentido mais abrangente. Não quer apenas dizer que lhe faltam os meios e os equipamentos que atrasam o andamento da investigação. Deixa também transparecer como “lá fora” todo o ambiente científico envolvente imprime um ritmo mais acelerado à investigação e incute um sentido mais identificativo da pesquisa científica e do seu valor.

A experiência doutoral é vivida de forma bastante isolada em termos sociais e científicos tornando a duração longa. Além disso, questões como a fraca internacionalização da língua portuguesa e a necessidade de escrever em Inglês, assim como a carência de meios e de equipamentos para a investigação, são consideradas pelos doutorandos razões fundamentais para procurarem realizar esta formação pós-graduada no estrangeiro. O imaginário sobre o estrangeiro estrutura os discursos sobre a universidade, sobre as práticas de orientação e sobre as práticas de organização pedagógica. Os casos de José, que terminou a tese, e de Ana Paula, no segundo ano de dispensa, ambos das áreas da Engenharia, evidenciam a relação entre o estilo de orientação e a organização do tempo. “José” considera que um dos factores que contribuiu para o sucesso do doutoramento realizado noutro país se prende com o respeito pelos horários rígidos de “trabalho” entre as 9h e as 18h. Este horário foi imposto por um orientador e era sancionado por um grupo de estudantes orientados pelo mesmo professor, cujo trabalho dependia do seu próprio. A conjugação de níveis elevados de responsabilidade, de auto-disciplina e de sentimento de pertença contribui directamente para o término da tese. “José” afirma o seguinte sobre as orientações tidas como normais em Portugal que, na sua perspectiva, carecem de estruturação porque “há um problema real aqui de orientação, de pragmatismo na orientação dos trabalhos de investigação” e as pessoas acabam por “não conseguir acabar o doutoramento” (José, Engenharia).

José, tal como Ana Paula, considera que os orientadores têm um papel importante na delimitação dos projectos a longo prazo, cabendo-lhes o incentivo à participação em congressos e em reuniões internacionais, assim como à discussão de resultados. Ana Paula, que realiza metade do doutoramento em Portugal, discorre sobre o mesmo tipo de explicações. Ir para outro país explica-se porque ali tem uma relação de orientação próxima com a orientadora que a incentiva e dirige. Ana Paula diz que a “boa orientação” que tem é uma “sorte” afirmando: “nesse aspecto, acho que tenho um bocado de sorte, a minha orientadora também me dá um certo apoio para ir, para eu poder ir, não é?” (Ana Paula, Engenharia).

As experiências melhor sucedidas em termos de tempo (de ganho de tempo) referem-se a pessoas que estão ou estiveram a realizar o doutoramento noutra país. Estas mencionam, com frequência, o profissionalismo dos professores orientadores e a disciplina dos encontros periodicamente agendados para a avaliação e a discussão das diversas fases do projecto. Carlos afirma ter ido para outra cidade da Europa basicamente por causa da orientação científica. Considera que a “desorganização” temporal é uma característica cultural “portuguesa”, atribuindo a esta alguma parte de responsabilidade pelos atrasos dos doutoramentos: “Eu acho que é assim: nós somos portugueses, somos desorganizados por natureza. E, portanto, quando nos dão liberdade de tempo, sem o organizar a nossa tendência é para gastar esse tempo da forma menos produtiva possível. Uma coisa que eu notei lá fora, nesta parte escolar, é que nós aprendemos tanto em três meses, (com a matéria que se dá e com a aquisição de conhecimentos) como aqui num ano inteiro. O tempo é muito melhor organizado e dessa forma torna-se muito mais produtivo. Por exemplo, em termos pedagógicos, usa-se muito o trabalho de campo. Todas as semanas há trabalho de campo a todas as disciplinas. Isso permite à pessoa um acompanhamento mais aprofundado das matérias que dão. Como aqui o nosso sistema é: vai-se dando a matéria e depois no fim faz-se um exame bom, isso... A pessoa vai estudar dois ou três dias antes. Quer a gente queira quer não, é assim. E portanto, em dois ou três dias vamos adquirir os conhecimentos que foram dados. Mas essa técnica acaba por não ter efeitos já... Lá, as pessoas têm de ser muito mais organizadas, todas as semanas temos prazos para cumprir e isso acaba por resultar em doutoramentos mais curtos”..

Carlos aponta diversos motivos que podem explicar o alongamento do tempo de doutoramento em Portugal (entre estes refere o tempo de mestrado, o tempo entre mestrado e início do doutoramento, as práticas de orientação e a ausência de programas). Todas estas derivam do entendimento do doutoramento como um período de “desenrasque”, pelo que a ida para o estrangeiro é entendida como sendo uma acção “estratégica”. Por isso sugere a existência desse mesmo tipo de programas em Portugal. Para Carlos o programa “ torna as coisas muito mais produtivas. Lá, é impensável uma pessoa fazer o doutoramento em seis anos, quer dizer... Eu acho que também tem de haver... quer dizer... Não é concebível que seja necessário seis anos para fazer um doutoramento. Portanto, isso só mostra que a pessoa não conseguiu, foi mal orientada, ou houve uma estruturação má do tempo ou outras coisas, é tempo de mais, não é? Acho que o erro aqui em Portugal é assim: pelo menos aqui na Universidade (X), nós vamos para equiparação a bolseiro mas é já muito tarde, porque primeiro temos o mestrado e depois o próprio mestrado... Por exemplo, eu demorei três anos e agora acho que dois anos eram perfeitamente mais do que necessários para fazer o mestrado. Depois, temos imensas aulas para dar, quer dizer... Bom, junta-se...tudo isto...e vê-se logo no que dá!”

Estas representações acerca do estrangeiro, que têm um fundo histórico e cultural ligado à posição de Portugal na Europa e no mundo e que se relaciona com uma certa

forma de os portugueses aferirem a sua identidade tendo por referência o entendimento de uma posição de periferia e de subalternidade em relação a vários países europeus considerados centrais, é desencadeada muito profundamente pela necessidade que possuem de cultivar a urgência no ritmo de trabalho académico. Juntando as várias frases que usei, verificamos que os doutorandos têm cada vez mais interesse em doutorar-se num espaço de tempo entre 3 a 4 anos, gerando oportunidades para projectar investigação mais aprofundada. Atendendo a que as alterações a introduzir na forma de estruturação dos cursos de graduação e de pós-graduação, fruto da Declaração de Bolonha, se sustentam numa filosofia assente no aumento de flexibilidade e encurtamento dos tempos de formação, pode considerar-se que num futuro próximo, os doutoramentos obedecem, de forma generalizada, a programas e a estruturação do tempo através de reuniões e de entrega de relatórios por parte dos orientandos e seus orientadores.

Tal acarretará, no entanto, um longo processo de desapego às formas tradicionais de orientar e de fazer doutoramento que primam pela autonomia na administração do tempo, ou como referia Paulo, pela “autogestão”. Inevitavelmente, trará ainda alterações sobre a carreira académica, sendo de esperar que o grau de doutoramento seja necessário para o acesso à carreira académica, desaparecendo o tempo de dispensa para doutoramento tal como existe legislado pelo Estatuto da Carreira Docente. Ademais, estaremos a falar de um grau obtido através de financiamento próprio ou através de bolsa, o que reduzirá as possibilidades de muitos acederem quer ao próprio grau, quer à ao trabalho na universidade como docente.

Tempo – experiência individual

A vida em Stand By

Um doutoramento nunca se faz apenas de forma racional, também não é uma tarefa que apenas se concentra na emoção ou nos estados de espírito que ditam, com frequência, a inspiração. O doutoramento ocupa os planos de vida dos indivíduos e, por isso, ganha um grande relevo no seu dia-a-dia e no tempo biográfico mesmo que tal não seja sempre consciencializado. A etapa de doutoramento, que se deseja a mais curta possível, constitui um tempo denso que envolve a vida e invade os tempos passado e futuro. Tal como acontece em todas as outras entrevistas, Paulo afirma que “isto” – o doutoramento – é o seu projecto nos próximos anos não lhe sendo possível embarcar noutro tipo de decisões ou de actividades. TUDO aparece suspenso, mesmo que se considere ter tempo (quantitativo) para se dedicar a outro tipo de tarefas, o doutoramento ocupa toda a disponibilidade.

Paulo argumenta ter “consciência de que até ao dia em que não me desembaraçar, ou até ao dia em que não me desembaraçar do doutoramento, nunca vou render o mesmo que poderei render depois”. Por isso, afirma que: “A minha preparação das aulas, a minha dedicação para a elaboração dos *dossiers* ou o que quer que seja, nunca vai ser a que deveria ser. Vou ter sempre um factor que me vai consumir muito o tempo e que é a elaboração do doutoramento porque é importante para a minha carreira, porque se não o fizer, não sou mais professor universitário. As coisas são assim mesmo, se não fizer o doutoramento, saio. É uma condição *sine qua non*. Eu, daqui a dois anos, posso não ser professor universitário. Por isso, nos meus próximos dois anos a prioridade é o doutoramento, o tempo é para a elaboração do doutoramento. Vou tentar assegurar as melhores possíveis as aulas mas não lhes dando a prioridade que tenciono dar assim que esta etapa esteja ultrapassada”.

Suspender actividades não significa eliminar projectos. Antes pelo contrário, a existência de projectos para depois do doutoramento é uma fonte de motivação. A este

respeito, nota-se existirem diversos tipos de projecto realizados com base em aspirações profissionais ou pessoais e familiares. Entre os profissionais conta-se o desejo de liderar projectos de investigação, de realizar outras actividades no mercado e, até, de procurar sair das universidades onde estão neste momento. Entre os familiares, estão a estabilidade numa relação amorosa e ter filhos ou adoptar crianças. Revela-se importante do ponto de vista sociológico o facto de os indivíduos adiarem, sistematicamente, estas decisões, preferindo “não pensar” nelas enquanto não terminarem doutoramento. Paulo, por exemplo, vive só e por agora “prefere não pensar” noutros projectos pessoais, ou seja, “nesse tipo de coisas” (casar ou ter filhos) porque esses “requerem uma certa estabilidade profissional” que, antecipadamente, antevê não vir a ser alcançada até ao fim do doutoramento: “não, acho que essas coisas quando têm que acontecer acontecem. Não faço disso tábuas rasas, nem digo como não acabar o doutoramento não quero casar ou não quero ter filhos, não. Não penso nisso. Se as coisas acontecerem, acontecerão. Mas se puder adiar... Se calhar, também adio”.

O texto apresentado até agora debruça-se sobre os discursos dos entrevistados e sobre a forma como os doutorandos percebem o processo doutoral sendo capazes de verbalizar os motivos que no seu entendimento, explicam a duração extensa dos doutoramentos. Esta análise de algumas histórias de doutoramentos sustém as assunções iniciais acerca do facto de as culturas temporais organizacionais e os traços de dependências gerados entre os participantes no mundo universitário e académico serem determinantes na realização do doutoramento, na sua extensão temporal e na sua qualidade e adequação. No plano dos universos subjectivos mostra, ainda, que o doutoramento adquire um tal relevo na vida dos doutorandos que aparece como um objecto reificado. É neste sentido que, não obstante o interesse que têm as descrições dos processos de doutoramento, será pertinente atender a um conjunto de práticas consideradas ajustadas à supressão ou à minoração dos efeitos produzidos pelas diferentes variáveis. Para que os processos doutorais não descambem para períodos quase depressivos marcados pelo isolamento, a mesma equipa de investigadores recomenda que os doutorandos mantenham contactos com os seus colegas, assim como prevejam uma vida social equilibrada. A saúde é também um foco de análise⁵.

⁵ No livro de E.M. Philips e D.S. Pugh (2000) encontram-se conselhos diversos sobre a melhor forma de gerir as relações com os orientadores. Entre eles estão sugestões sobre a melhor forma de comunicar com o orientador, tipo de perguntas a fazer ao orientador e duração dos contactos com este último. Tal como se encontra também nos livros de Phillida Salmon (1992) e de Sara Delamont (1997), aconselha-se o doutorando a fornecer ao seu orientador informações reais sobre o seu estado ao orientador, a escrever regulamente, a preparar-se para os encontros de orientação e a encontrar-se com o orientador uma vez por mês. O caso do Reino Unido é paradigmático. A informação processual sobre estes vários cursos de formação está nos respectivos *sites* dos departamentos e das escolas. De forma sintética, estes cursos contemplam recomendações exaustivas sobre a melhor forma de fazer uma revisão de literatura⁵. Consideram-se tópicos como a definição do problema, as fontes bibliográficas e o armazenamento de dados, métodos de escrita e simulação de apresentação e defesa de teses. O estudante é convidado a responder a questões várias antes de entrar na sala perante um júri. A acompanhar essas diversas sessões de informação está um documento fornecido a todos os estudantes no qual constam as informações relativas à universidade acolhedora: logística, apoio académico, funcionários, docentes, entre outras. No mesmo estão especificadas em pormenor as competências dos vários intervenientes no processo de formação, sendo ainda mencionados os custos de todas as operações (Rudestam e Newton, 1992). A maior parte destas práticas, sustentada por várias pesquisas nacionais versando sobre o assunto, foi imposta por um código concebido em 1999 e designado “Code of Practice for the assurance of academic quality and standards in higher education” no âmbito da comissão para o desenvolvimento da formação graduada. Trata-se de um conjunto de directivas precisas sobre os métodos de orientação e de pesquisa mais adequados para reduzir o tempo de realização dos doutoramentos e aumentar a qualidade da formação fornecida pelas universidades. Em paralelo, prevê-se todo um sistema de funcionamento da formação pós-graduada, muito particularmente ao nível de mestrado e de doutoramento, a tempo inteiro que antecipa a penalização das universidades e dos orientadores considerados incapazes de levar os estudantes a desenvolver as suas pesquisas com sucesso. No entender de Delamont (1997) todo esse conjunto de práticas que passa pela necessidade de os orientadores assinarem um programa de trabalho definido em cada sessão, reside obviamente, em

Os doutorandos sentem-se, com frequência, doentes ao fim de vários meses de pesquisa, muito particularmente quando esta não produz os resultados no tempo esperado. Os exames médicos regulares e o despiste de doenças mais graves são conselhos válidos para os doutorandos. Do mesmo modo, a vida familiar exige neste período uma negociação constante, sobretudo quando envolve relacionamento com filhos. Os autores (Delamont et Coffey, 2001:2002) sugerem que a melhor forma de obter a cooperação dos outros é prometer-lhes recompensas para o final da tese. O espaço de trabalho é também uma das questões mais pertinentes. As pessoas que realizam o doutoramento, mesmo estando a trabalhar noutra instituição, tendem a reservar espaços para trabalhar em casa mas tal exige uma grande disciplina, sobretudo no que concerne à gestão de outras possíveis solicitações, designadamente por parte de familiares e vizinhos, incluindo a realização de tarefas e outras actividades ligadas ao espaço doméstico, mas não relacionadas com a pesquisa em mãos. Dar prioridade a esta é uma recomendação que se encontra nos vários livros sobre o processo doutoral.

Conclusão

No contexto actual de transformação dos graus académicos e aumento do número de pessoas que buscam a formação pós-graduada através de bolsas ou de auto-financiamento, as representações e as práticas relativas aos processos doutorais são de extrema importância. Neste artigo fiz uma breve exposição sobre esta problemática, apresentando as principais dimensões de um processo de doutoramento, de forma a assinalar as razões pelas quais os investigadores mais jovens (e não só) insistem na ideia de que em Portugal os doutoramentos, nas diversas áreas, obedece a um processo pouco orientado por parte dos responsáveis científicos e sujeito a imponderáveis vários, incluindo de índole privada, que não são tidos em devida conta pelas próprias instituições.

As representações de doutoramento seguem vias substancialmente distintas entre as Ciências Sociais, Artes e Humanidades, por um lado, e as Ciências e Tecnologias, por outro. Tal acontece porque para as primeiras a autonomia é uma dimensão forte na condução das teses, sendo esperado que os temas sejam determinados apenas pelo investigador e não direccionados, ou sequer planeados, pelos superiores hierárquicos. Nas segundas a inovação, embora participe da autonomia na investigação, é mais *seguidista*. Os próprios superiores hierárquicos e professores desempenham o papel de mentores de projectos propostos e dirigidos por si nos quais os mais jovens inserem os seus trabalhos.

A história de doutoramento que citei ao longo do artigo, sendo relativa a um doutorando na área da engenharia e tecnologia, traz ao de cima diversas variáveis que afectam o desenrolar do tempo de doutoramento. Estas, apesar de situadas dentro de uma área científica específica, são marcadas em todas as entrevistas que realizei não parecendo, no que se refere à passagem do tempo e gestão das ambiguidades subjacentes, estritamente associadas à área científica.

motivações de ordem económica. Mesmo não sendo possível afirmar que todas estas medidas, e muito particularmente as que regulam a relação de orientação, produzam os resultados desejados, elas têm vindo a contribuir para a constituição de um código de leitura das diversas situações mais difíceis expostas pelos doutorandos e pelos seus orientadores. Além disso, têm contribuído para sensibilizar a comunidade académica sobre a necessidade de colaborar mais activamente na melhoria de métodos de transmissão de conhecimentos e da aprendizagem.

A pesquisa que conduzi, embora parcelar e não generalizável porque apenas envolveu duas universidades portuguesas onde a investigação decorreu de forma mais exaustiva, mostra que as práticas de continuidade científica, que aumentem a possibilidade de os investigadores mais jovens prosseguirem investigação realizada pelos investigadores mais velhos que acompanhem de perto e com sabedoria os novos projectos, é fulcral no contexto da investigação globalizada que caracteriza a actualidade regida cada vez mais pelo funcionamento em rede. Tal significa que há alterações significativas a introduzir no que se refere aos processos de realização de doutoramento cujos programas, além de necessariamente terem de implicar grande proximidade aos programas de outros países, sugerem mudanças nas representações quer da parte dos estudantes, quer da parte dos orientadores científicos nas diversas áreas. A continuidade científica é central, pois garante a partilha de conhecimento no seio dos grupos de investigação, sobretudo quando as pesquisas a realizar comportam uma elevada probabilidade de erro e de incerteza. Ter a convicção de que os problemas de isolamento e de alguma sensação de desorientação que caracterizam os percursos doutorais são algo de “normal” é um passo essencial neste processo.⁶

Bibliografia

- Adam, Barbara (1990) *Time and Social Theory*. Oxford: Oxford University Press
- Araújo, Emília R. (2005) *A Fase: ritmos camuflados nos usos e representações do tempo: o caso da dispensa de serviço docente para doutoramento*, Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- Booth, Wayne. *et al* (1995) *The craft of research*, University Of Chicago Press
- Christopher, Hart (2001) *Doing a literature search*, SAGE Publications
- Delamont, Sara (1997) *Supervising the PhD*, Open University Press
- Delamont, Sara e Coffey, Amanda (2001) “Designing a thesis project, choosing the methods and timetabling the whole exercise”, *Handout nº 4*, Cardiff School of Social Sciences
- Delamont, Sara e Coffey, Amanda (2002) “Managing your supervisor”, *Handoutº 4*, Cardiff School of Social Sciences
- Delamont, Sara e Fitz, John (2002) *Thesis stage handout 1: viva issues*, Cardiff School of Social Sciences
- Glaser, B. e Strauss, A. (1967) *The discovery of Grounded theory - Strategies for qualitative research*, New York, Aldine.
- Giddens, Anthony (1984) *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Glatthorn, Alan (1998) *Writing the winning dissertation*, Corwin Press
- Murray, Rowena (2004) *How to survive your viva*, Open University Press
- Phillips, Estelle.M. e Pugh, Derek.S. (2000) *How to get a PhD*, Open University Press; 3 edition
- Phillida Salmon (2000), *Achieving a PhD*, Trentham Books
- Pronovost, Gilles (1996) *Sociologie du temps*, Bruxelles, De Boeck Université
- Rudestam, Kjell.E. e Newton, Rae. R. (1992) *Surviving your dissertation*, Sage Publications
- Dale F. Bloom, Jonathan D. Karp, Nicholas Cohen, *The Ph.D. Process: A Student's Guide to Graduate School in the Sciences*, Oxford University Press
- Tinkler, Penny e Jackson, Carolyn (2004) *The doctoral examination process*, Open University Press s
- Foucault, M. (1984) “Of Other Spaces, Heterotopias”, in *Architecture /Mouvement/ Continuité*.
Disponível: <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.en.html> [2004, Setembro, 10]

⁶ A NAGPS, *National Association of Graduate-Professional Students* (survey.nagps.org/ tem desenvolvido regularmente estudos sobre as problemáticas colocadas ao desenrolar dos doutoramentos nos EUA e, no inquérito conduzido em 2000, os autores davam conta de um índice de satisfação elevado dos doutorandos, tanto a nível dos programas doutorais, como das práticas de orientação. Entre outras ideias, o relatório recomendava a necessidade de os doutorandos receberem *feedback* regular sobre o trabalho, assim como reforço da aprendizagem, tendente à sua inserção no mercado de trabalho fora da Universidade e da carreira académica.